



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

016. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO PLENO – CÍVEL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Na era da internet, com seus “rsrsrs” e as “longas” mensagens de 140 caracteres do Twitter, que lugar haveria para a retórica, a invenção dos gregos clássicos para permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista falando bem? Na semana passada, o julgamento do mensalão no STF pôs em evidência os advogados dos réus. Eles foram lá exercitar sua retórica, uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal. Os defensores, com raras exceções, saíram-se muito mal no quesito da retórica – que não é blá-blá-blá.

Quando assumiu o posto de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, Earl Warren perguntou a um colega mais antigo em quem confiava plenamente o que ele deveria ler para conseguir escrever suas sentenças no alto nível que as circunstâncias exigiam. O colega de Warren, Hugo Black, respondeu: “Basta ler Retórica, de Aristóteles”.

Sábio conselho. Com a democracia, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral baseado na lógica e na honestidade de pensamento a que chamaram de retórica. Os cidadãos eram frequentemente obrigados a defender em público não apenas ideias, mas sua propriedade e até a própria liberdade. Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é sofisma. O que separa um cidadão grego dotado da retórica de um mero sofista? A retórica vencedora não depende do dom da oratória, mas do valor moral do orador.

(Otávio Cabral e Carolina Melo. A retórica não é blá-blá-blá. *Veja*, 15.08.2012)

- 01.** A palavra que melhor traduz a ideia acerca da qualidade do orador, no contexto, é
- (A) tenacidade.
 - (B) verbosidade.
 - (C) probidade.
 - (D) entusiasmo.
 - (E) proselitismo.
- 02.** Na frase final do primeiro parágrafo está implícito que, em sua maioria, os defensores dos réus do mensalão
- (A) praticaram a retórica somente como oratória vazia.
 - (B) restringiram sua defesa a peças escritas.
 - (C) foram convincentes em suas manifestações escrita e oral.
 - (D) renunciaram ao recurso da sustentação oral.
 - (E) falaram livremente, como deve ocorrer nas democracias.

- 03.** Assinale a alternativa contendo as palavras cujos sentidos se opõem, correta e respectivamente, aos sentidos das expressões destacadas nas frases:

Com a **democracia**, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral.

Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é **sofisma**.

- (A) o fisiologismo; falácia.
- (B) a meritocracia; eficácia.
- (C) o elitismo; má-fé.
- (D) o autoritarismo; boa-fé.
- (E) a soberania; imprevidência.

- 04.** Considere as seguintes afirmações:

- I. As aspas em “longas” (1.º parágrafo) indicam que a palavra está sendo empregada em sentido irônico.
- II. As aspas em “rsrsrs” (1.º parágrafo) indicam que se trata de palavra estrangeira, razão pela qual é incorreto empregá-la.
- III. As aspas em “Basta ler Retórica, de Aristóteles” (2.º parágrafo) indicam que se trata de uma citação.

Deve-se concluir que está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- 05.** Observe os trechos destacados em seus respectivos contextos:

- I. ... permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista **falando bem**?
- II. Eles foram lá exercitar sua retórica, **uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal**.
- III. ...o que ele deveria ler **para conseguir escrever suas sentenças no alto nível** que as circunstâncias exigiam.

Esses trechos expressam, correta e respectivamente, as circunstâncias de

- (A) meio, restrição e finalidade.
- (B) modo, restrição e condição.
- (C) meio, causa e condição.
- (D) restrição, condição e finalidade.
- (E) modo, causa e finalidade.

06. Assinale a alternativa que apresenta conjugação de verbos e concordância nominal e verbal de acordo com o padrão culto da língua.
- (A) É inegável que aqueles que se disporem a basear suas defesas em puro blá-blá-blá, não expondo dado consistente, não será bem sucedido.
 - (B) Mesmo que os defensores se dispusessem a praticar uma defesa adequada, com argumentos que se mostrassem irrefutáveis, haveria quem lhes criticasse a estratégia.
 - (C) Haverão sempre os descontentes com as decisões emanadas do iminente julgador, caso as decisões dele se contraporem às expectativas dos réus.
 - (D) Os réus devem ter em seu defensor uma pessoa de sua confiança, que eles reputassem competentes, mesmo quando não se tratam de advogados famosos.
 - (E) Pela lei do Brasil, é proibido a prática da advocacia por estrangeiros; deseja-se que restrinjam sua atuação a seu país de origem, onde goza de plenos poderes.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 a 10.

No terceiro dia de julgamento, seguiram-se novos depoimentos e finalmente fizeram-se as acareações. E o que facilitou grandemente a tarefa da acusação foi que, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, os réus se puseram a acusar uns aos outros. Fez-se publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central que Zabala não tivera tempo de destruir. Por meio desses documentos, ficou provado que mais de duzentas pessoas, entre as quais algumas dúzias de estudantes, haviam morrido de doenças e maus tratos nas diversas prisões de Cerro Hermoso e arredores, e seus corpos enterados numa vala comum, sem que seus parentes tivessem sido sequer notificados da “ocorrência”. Quando o promotor público terminou a acusação, o Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado profissional que o Comitê Central Revolucionário designara para defender os réus. O homem ergueu-se e declarou que, diante de todas aquelas provas, ele não só recusava fazer a defesa de seus constituintes como também não pedia sequer para eles a clemência dos jurados. E sentou-se. Sua “defesa” – que provocou aplausos – durou menos de um minuto.

(Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*)

07. É correto afirmar que o texto dedica-se predominantemente a
- (A) descrever ações e relatar fatos objetivamente, tendo em vista que apresenta ocorrências havidas durante um julgamento, sem expressão de pontos de vista do enunciador.
 - (B) relatar fatos e descrever personagens subjetivamente, tendo em vista que apresenta ações de personagens que, segundo o ponto de vista do enunciador, mudaram o rumo da revolução.
 - (C) descrever personagens sem se ater a fatos, tendo em vista que apresenta características físicas e psicológicas daqueles, a partir da perspectiva particular do enunciador.
 - (D) expor teses que o enunciador discute a partir de um ponto de vista contrário às personagens identificadas como réus do processo apresentado.
 - (E) relatar fatos e discutir teses, tendo em vista que o enunciador tanto relata acontecimentos quanto expressa seu ponto de vista em apoio a estes.

08. Assinale a alternativa em que as duas formas verbais expressam tempo equivalente.

- (A) Puseram; tivessem sido notificados.
- (B) Fez-se; recusava.
- (C) Tivera; haviam morrido.
- (D) Melhorarem; tivera tempo.
- (E) Designara; declarou.

09. A alternativa em que a nova versão da frase do texto apresenta emprego e colocação de pronome de acordo com a norma-padrão é:

- (A) No terceiro dia de julgamento, se seguiram novos depoimentos, os quais depois deles finalmente fizeram-se as acareações.
- (B) E facilitou grandemente a tarefa da acusação o fato onde os réus, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, se puseram a acusar uns aos outros.
- (C) Se fez publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central, os quais Zabala não tivera tempo de destruí-los.
- (D) Eram documentos importantes, cujos provaram que torturaram-se mais de duzentas pessoas, entre eles algumas dúzias de estudantes.
- (E) O Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado, profissional cuja designação para defender os réus deveu-se ao Comitê Central Revolucionário.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Foi dada a palavra à defesa, que se recusou à falar em favor de seus representados.
- (B) Provou-se que àqueles estudantes foram impostos severos maus tratos, até levá-los à morte.
- (C) À bem da verdade, a defesa não estava plenamente à par das acusações contra os réus.
- (D) À princípio, os acusados submetidos à acareação passaram a incriminar-se uns aos outros.
- (E) À partir daquele momento, as pessoas que assistiam àquele julgamento aplaudiram à atitude do defensor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por
- (A) partido político com representação no Congresso Nacional.
 - (B) organização sindical, em defesa de interesses de seus membros ou da coletividade.
 - (C) associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de dois anos.
 - (D) associação legalmente constituída, em defesa de liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (E) partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado em que a demanda for deduzida.
12. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) legislar sobre propaganda comercial.
 - (B) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - (C) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
 - (E) fixar a responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
13. Leia as seguintes assertivas.
- I. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
 - II. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros se dá por meio de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
 - III. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios, que devem ser criados nos Municípios onde não existirem.
 - IV. As contas dos Municípios ficarão, durante cento e oitenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

14. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente por lei complementar específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, impedindo a propositura de ação penal.
- (C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime estatutário.
- (E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

15. Considerando que as normas estabelecidas em relação ao Tribunal de Contas da União se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, é correto afirmar que

- (A) se não atendido, o Tribunal de Contas do Município poderá representar à Câmara dos Vereadores para sustar a execução do ato ilegal.
- (B) o Tribunal de Contas do Município encaminhará à Câmara dos Vereadores, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- (C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Município, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) as decisões do Tribunal de Contas do Município que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (E) compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

16. Pertence(m) aos Municípios

- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) um por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- (E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico.

17. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre

- (A) os privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado dos quais poderão gozar.
- (B) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, excluindo-se a participação de acionistas minoritários.
- (C) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
- (D) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto com relação aos direitos e obrigações trabalhistas.
- (E) os mandatos, a avaliação de desempenho e a isenção de responsabilidade dos administradores.

18. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

- (A) dez mil habitantes.
- (B) vinte mil habitantes.
- (C) trinta mil habitantes.
- (D) quarenta mil habitantes.
- (E) cinquenta mil habitantes.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo municipal, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que deverá apontar a inconstitucionalidade do ato ou texto impugnado.
- (B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional ou associação de defesa de interesses difusos e coletivos.
- (E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição, em razão de lei ou ato normativo federal ou estadual, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Tribunal de Justiça estadual, na forma da lei.

20. Sobre transportes, cabe ao Município

- (A) tributar operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte municipal e intermunicipal, nos termos da lei.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.
- (C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (D) legislar sobre diretrizes da política de transportes.
- (E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

21. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo.
- (A) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de cinquenta e cinco vereadores eleitos dentre os cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
 - (B) As sessões da Câmara dos Vereadores serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.
 - (C) O controle interno da Administração Pública, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
 - (D) O Prefeito, ou o Vice-Prefeito quando em exercício, não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias consecutivos.
 - (E) O Município poderá, mediante lei, manter Guarda Municipal, subordinada ao Prefeito e destinada à proteção das pessoas, dos bens, serviços e instalações municipais.
22. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, algumas questões relevantes aos destinos do Município poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, a serem decididos pelo Plenário da Câmara Municipal cuja proposta pode partir do Poder Executivo ou por
- (A) um terço dos vereadores ou por pelo menos dois por cento do eleitorado.
 - (B) maioria absoluta dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
 - (C) maioria simples dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
 - (D) um terço dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
 - (E) qualquer vereador ou por qualquer cidadão.
23. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, assinale a alternativa correta a respeito dos servidores municipais.
- (A) Poderá o Município de São Paulo, mediante lei específica, regulamentar a criação e a manutenção, com recursos públicos, de carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargos eletivos.
 - (B) É vedado ao vereador vincular-se à previdência municipal, devendo contribuir diretamente ao Instituto Nacional da Seguridade Social, submetendo-se ao regime geral da previdência social, por contribuições mensais incidentes sobre os seus subsídios.
 - (C) Não serão admitidas contratações de pessoal na Administração Pública Municipal por tempo determinado.
 - (D) O pedido de aposentadoria voluntária, bem como as pendências respectivas, deverão ser apreciados no prazo máximo de sessenta dias após o seu protocolamento, na forma da lei.
 - (E) O reajuste geral da remuneração dos servidores da Administração Direta far-se-á sempre na mesma data, devendo ser estabelecida data diferenciada para a Administração autárquica e fundacional.
24. Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir. Nesse sentido, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a autorização legislativa para concessão administrativa deixará de vigorar se o contrato não for formalizado, por escritura pública, dentro do prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) noventa dias.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
 - (E) cinco anos.

25. “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.” (José dos Santos Carvalho Filho *in Manual de Direito Administrativo*)

A conceituação acima reproduzida trata de um dos princípios do direito administrativo. Assinale a alternativa que contém um princípio que corretamente representa essa conceituação doutrinária.

- (A) Autotutela.
- (B) Eficiência.
- (C) Indisponibilidade.
- (D) Proteção à confiança.
- (E) Precaução.

26. São elementos nucleares característicos do poder discricionário:

- (A) conveniência e oportunidade.
- (B) legalidade e vinculação.
- (C) moralidade e liberdade.
- (D) limitação e ponderação.
- (E) competência e finalidade.

27. Sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- (A) devido a sua natureza híbrida, embora sejam pessoas jurídicas de direito público, não estão sob o controle do Estado.
- (B) sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, mas possuem privilégios trabalhistas e tributários equivalentes aos dos entes públicos.
- (C) segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, são favorecidas com o prazo quinquenal de prescrição das ações de indenização contra ela ajuizadas.
- (D) podem ser constituídas, juridicamente, por qualquer das formas admitidas em direito, desde que sejam pluripessoais e com predomínio de capital do poder público.
- (E) os seus bens, integrantes do seu patrimônio, são considerados bens privados, mesmo aqueles provenientes do Ente Federativo que a instituiu.

28. Assinale a alternativa que contempla corretamente ato emanado da função administrativa.

- (A) Veto do Chefe do Executivo a projeto de lei.
- (B) Nomeação de um servidor público.
- (C) Decisão do juiz que manda pagar reajuste nos vencimentos dos servidores.
- (D) Edição de medida provisória pelo Presidente da República.
- (E) Regimento Interno de um Órgão do Poder Judiciário.

29. Considerando o disposto expressamente na Constituição Federal a respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- (B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas aos cargos técnicos e funções de direção, chefia e assessoramento.
- (C) É vedada a contratação de pessoal na Administração Pública por tempo determinado, devendo o responsável, nessa hipótese, ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente.
- (D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

30. A Constituição Federal assegura os direitos de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, e de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Assim sendo, considerando o disposto no texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) o direito de petição é garantido a todos, independentemente de taxa, e o direito à obtenção de certidão dependerá do recolhimento da respectiva taxa.
- (B) ambos os direitos são exercidos mediante o pagamento de taxa.
- (C) ambos os direitos podem ser exercidos independentemente do pagamento de taxas.
- (D) a Administração terá o prazo de trinta dias para conceder a certidão.
- (E) o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, enquanto que o direito à obtenção de certidão gratuita é assegurado apenas aos pobres.

31. Tem legitimidade para propor ação civil pública:

- (A) o Ministério Público e as associações.
- (B) a associação instituída para a defesa do meio ambiente e a Defensoria Pública.
- (C) apenas as autarquias instituídas para a defesa do meio ambiente.
- (D) o partido político com representação no Congresso e a Defensoria Pública.
- (E) a União e a empresa pública.

32. Sobre a execução contra a Fazenda Pública, citar-se-á a Fazenda Pública para opor embargos em

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

33. Na execução provisória, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução,

- (A) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento.
- (B) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por artigos.
- (C) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e restituídos os valores mediante ação própria.
- (D) mantém a execução, executando-se a garantia depositada nos próprios autos da ação principal.
- (E) mantém a execução, executando-se a garantia depositada em autos apartados, mediante procedimento próprio.

34. Há litisconsórcio necessário quando

- (A) entre as partes houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (B) os direitos ou as obrigações das partes derivarem do mesmo fundamento de direito.
- (C) entre as causas, em que há interesse das partes, houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- (D) por disposição de lei a decisão da lide deva ser uniforme para todas as partes.
- (E) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito entre as partes envolvidas.

35. Em uma ação que pretendia o provimento jurisdicional que condenasse o réu a obrigação de fazer, por ocasião da audiência de conciliação, instrução e julgamento, as partes, após a oitiva das testemunhas do autor, firmaram um acordo em que o réu se comprometeu a cumprir parte da obrigação. Após o trânsito em julgado da sentença, descobriu-se que uma das testemunhas mentiu sobre os fatos, o que levou a um erro no entendimento da causa. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de dois anos a contar do trânsito em julgado.
- (B) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de quatro anos a contar do trânsito em julgado.
- (C) O réu poderá rever a decisão por meio de ação anulatória, assim como são rescindidos os atos jurídicos em geral.
- (D) Será possível deixar de cumprir a obrigação de fazer acordada, por faltar validade ao título judicial exequível.
- (E) Em razão da coisa julgada, não é possível reverter a decisão, em virtude da preclusão consumativa.

36. Da decisão que acolhe exceção de incompetência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é cabível nenhum recurso nesse procedimento.
- (B) Cabe recurso apenas em caso de improcedência do pedido.
- (C) É cabível agravo de instrumento.
- (D) É cabível apelação.
- (E) É cabível pedido de reconsideração.

37. Na apreciação de um recurso de apelação, que havia julgado improcedente a demanda, o acórdão proferido julgou por maioria de votos pela reforma parcial da decisão recorrida, reconhecendo, entretanto, a procedência de outra questão por unanimidade. A parte vencida opôs embargos infringentes. Diante desse fato, quanto ao prazo para apresentar recurso especial ou extraordinário, relativamente à parte unânime, assinale a alternativa correta.

- (A) É o mesmo dos embargos, sob pena de preclusão.
- (B) Ficará sobrestado até a intimação da decisão dos embargos.
- (C) Iniciará quando transitar em julgado a decisão por maioria.
- (D) O embargante deverá requerer o sobrestamento do prazo em preliminar.
- (E) Não há relação entre os prazos, sendo independentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

38. Tratando-se de penhora em bem indivisível, em ação de execução contra devedor solvente, no que diz respeito à meação do cônjuge que não é parte da ação, é correto afirmar:
- (A) Não poderá ser levado à hasta pública, por se tratar de bem indivisível, devendo o exequente nomear outros bens.
 - (B) A meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
 - (C) Não será autorizada a penhora do bem, por ser indivisível e comprovada a titularidade do meeiro.
 - (D) Deverão ser opostos embargos de terceiro, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
 - (E) Deverão ser opostos embargos à execução, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
39. O prazo para propor a ação principal em que houve uma medida cautelar preparatória é de
- (A) cinco dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (B) vinte dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (C) trinta dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (D) trinta dias, a contar da efetivação da data da efetivação da medida.
 - (E) trinta dias, a contar da decisão que concedeu a medida.
40. Reputam-se conexas duas ou mais ações quando
- (A) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir.
 - (B) há identidade quanto às partes e à causa de pedir.
 - (C) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir e há identidade de partes.
 - (D) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
 - (E) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra e há identidade de partes.
41. Dispõe o Decreto-lei n.º 4.657/42 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro) que:
- (A) salvo disposição em contrário, a *vacatio legis* é de cento e oitenta dias, a contar da publicação oficial.
 - (B) a repristinação é regra no direito brasileiro.
 - (C) a sentença proferida no estrangeiro depende de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) se não assim o declarar, a lei posterior incompatível com a anterior não a revoga.
 - (E) o ato jurídico perfeito é a decisão judicial de que já não caiba recurso.
42. Considerando o Código Civil de 1916 (CC/1916) e o Código Civil de 2002 (CC/2002), assinale a alternativa correta acerca da contagem de prazos.
- (A) Prevalecem os prazos do CC/2002, na medida em que este revogou o CC/1916.
 - (B) Prevalecem os prazos do CC/1916, em respeito ao ato jurídico perfeito.
 - (C) Se reduzido o prazo pelo CC/2002 e transcorrido, na data de sua entrada em vigor, mais da metade do tempo estabelecido no CC/1916, prevalece o prazo da nova lei.
 - (D) Se reduzido o prazo pelo CC/2002 e transcorrido, na data de sua entrada em vigor, mais da metade do tempo estabelecido no CC/1916, prevalece o prazo da lei anterior.
 - (E) Se houve alteração de prazo pelo CC/2002, dever-se-á considerar a média dos prazos, a contar da vigência do novo código.
43. Analise as seguintes assertivas acerca das pessoas jurídicas:
- I. o início da existência legal da pessoa jurídica de direito privado se dá com a inequívoca intenção de constituí-la;
 - II. a lei não prevê prazo decadencial para o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado;
 - III. o registro das pessoas jurídicas deve declarar as condições de sua extinção e, assim ocorrendo, a destinação do patrimônio;
 - IV. a lei prevê prazo decadencial para a anulação de decisões tomadas pelos administradores, quando violadoras da lei ou do estatuto.
- É correto apenas o que se afirma em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

44. Considerando o instituto da desconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar que o Código Civil
- (A) admite a possibilidade de aplicação do instituto nas hipóteses de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
 - (B) adota a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, admitindo-a sempre que o credor encontrar obstáculo para o ressarcimento.
 - (C) não admite a aplicação do instituto na hipótese de desvio de finalidade, mas a autoriza em caso de confusão patrimonial.
 - (D) não admite a aplicação do instituto na hipótese de confusão patrimonial, mas a autoriza em caso de desvio de finalidade.
 - (E) admite a possibilidade de aplicação do instituto quando houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
45. No que tange aos bens públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os bens públicos podem ser classificados em “bens de uso comum do povo”, “bens de uso especial” e “bens dominicais”, sendo todos eles inalienáveis, salvo quando submetidos à desafetação.
 - (B) Os bens públicos de uso comum do povo e os bens de uso especial são insuscetíveis de aquisição por usucapião, não valendo a mesma regra para os bens dominicais.
 - (C) Em que pese a regra da inalienabilidade dos bens públicos, é possível que haja alienação de bens de um ente público a outro, sem que se proceda à desafetação.
 - (D) Qualquer espécie de bem público pode ser alienado, sem a necessidade de respeitar o procedimento de desafetação, desde que assim o exija a ordem pública ou a segurança nacional.
 - (E) Em razão de sua natureza, ao Poder Público é vedada a cobrança pela utilização dos bens públicos, desde que respeitados todos os procedimentos de regular fruição, conforme estabelecido pelo órgão competente.
46. A fraude contra credores
- (A) pode favorecer aqueles que ainda não eram credores ao tempo da transmissão gratuita ou onerosa de bens.
 - (B) é causa de nulidade do negócio jurídico, em transmissão gratuita ou onerosa de bens, praticada por devedor insolvente.
 - (C) ocorre quando há transmissão gratuita ou onerosa de bens, por devedor insolvente, no transcorrer de ação judicial em fase de execução.
 - (D) não se verifica perante os credores que já possuam garantia para recebimento do crédito, ainda que esta se torne insuficiente.
 - (E) leva à anulação do negócio jurídico, de modo que a vantagem resultante será revertida em favor do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores.
47. É correto afirmar, sobre a invalidade do negócio jurídico:
- (A) é anulável o negócio jurídico que não adotar a forma prescrita em lei.
 - (B) antedatar ou pós-datar instrumento particular constitui simulação.
 - (C) a anulação do negócio jurídico é imprescritível.
 - (D) o emprego da coação leva à nulidade do negócio jurídico.
 - (E) é nulo o negócio jurídico firmado por agente relativamente incapaz.
48. É causa de interrupção da prescrição:
- (A) a distribuição de ação contra o devedor.
 - (B) a sentença definitiva do juízo criminal.
 - (C) o envio de notificação extrajudicial ao devedor.
 - (D) o protesto cambial.
 - (E) o falecimento do devedor.
49. A prescrição contra a Fazenda Pública é regida
- (A) pelo Código Civil, respeitando o máximo de 10 (dez) anos.
 - (B) por legislação especial, sendo o prazo, em regra, de 5 (cinco) anos.
 - (C) pelo Código Civil, respeitando o máximo de 5 (cinco) anos.
 - (D) por legislação especial, sendo o prazo, em regra, de 3 (três) anos.
 - (E) pelo Código Civil, sendo o prazo, em regra, de 5 (cinco) anos.
50. Assinale a alternativa correta a respeito da cessão de crédito.
- (A) Em regra, a cessão de crédito não abrange seus acessórios.
 - (B) A cláusula proibitiva de cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, ainda que não conste do instrumento da obrigação.
 - (C) É ineficaz, perante terceiros, a cessão por instrumento particular sem a qualificação do cedente e do cessionário.
 - (D) Em regra, o cedente responde solidariamente pela solvência do devedor.
 - (E) O cessionário de crédito hipotecário não tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.

51. Acerca do instituto da novação, é correto afirmar que:

- (A) em regra, a novação não extingue as garantias da dívida.
- (B) se insolvente o novo devedor e não havendo má-fé na substituição, o credor que o aceitou tem ação regressiva contra o devedor original.
- (C) a responsabilidade do fiador remanesce ainda que a novação tenha se dado sem seu consentimento com o devedor principal.
- (D) a novação por substituição do devedor depende do consentimento deste.
- (E) obrigações anuláveis podem ser objeto de novação.

52. Analise as seguintes assertivas acerca do instituto da cláusula penal:

- I. é admissível a cumulação de cláusula penal moratória e compensatória;
- II. havendo previsão da penalidade, não cabe ao juiz reduzi-la equitativamente, caso manifestamente excessiva;
- III. o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal;
- IV. ainda que haja a estipulação da penalidade, deve o credor demonstrar prejuízo, sob pena de enriquecimento em causa.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

53. Kim adquiriu de Tales um automóvel usado, para uso próprio, pelo valor de R\$ 50.000,00. Passados 3 (três) meses, Kim estava trafegando com o veículo quando este subitamente parou de funcionar. Ao encaminhá-lo para uma oficina mecânica idônea, Kim descobriu que o veículo tinha um sério defeito elétrico, que havia sido outrora consertado de forma paliativa e incorreta. Para realizar o reparo da forma definitiva e correta, Kim teria que despendar R\$ 7.500,00. Ao procurar Tales, no dia seguinte ao incidente, este admitiu que tinha conhecimento do problema, mas não o comunicou porque não acreditava que reapareceria. Considerando que a relação entre Kim e Tales não tem natureza consumerista, assinale a alternativa correta.

- (A) Kim pode redibir o contrato, devendo Tales devolver em dobro aquilo que recebeu.
- (B) Kim não pode redibir o contrato, mas pode exigir o abatimento do preço, com a devolução de R\$ 7.500,00.
- (C) Kim não pode redibir o contrato ou exigir o abatimento do preço, em virtude da decadência.
- (D) Kim pode, a seu exclusivo critério, redibir o contrato ou exigir o abatimento do preço.
- (E) Kim não pode redibir o contrato ou exigir o abatimento do preço, em virtude da prescrição.

54. É correto afirmar, acerca da extinção do mandato:

- (A) o falecimento do mandante é causa de cessação do mandato com cláusula “em causa própria”.
- (B) é ineficaz a revogação do mandato quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral.
- (C) a revogação do mandato prejudica o negócio realizado entre o mandatário e o terceiro, ainda que esteja este de boa-fé.
- (D) o falecimento do mandatário transfere os poderes aos seus herdeiros, irrestritamente, ainda que não haja urgência nas medidas.
- (E) a interdição de uma das partes não é causa de cessação do mandato.

55. É correto afirmar, acerca da responsabilidade civil, que:

- (A) se os pais não dispuserem de recursos suficientes, o incapaz responde pessoalmente pelos prejuízos que causar.
- (B) os pais que reparam civilmente pessoa lesada por seu filho menor, relativamente incapaz, podem exigir deste o respectivo ressarcimento.
- (C) o empregador responde subjetivamente pelos atos praticados pelos seus prepostos.
- (D) em relação aos donos de hotéis, os hóspedes são subsidiariamente responsáveis.
- (E) o tutor responde subjetivamente pelos atos praticados pelo tutelado.

56. Fernanda, 19 anos, regularmente guiava para sua casa quando seu veículo foi abalroado por outro. Constatou-se que Leandro, motorista do outro veículo, guiava acima da velocidade permitida e sob os efeitos de bebida alcoólica, já havendo sentença criminal condenatória com trânsito em julgado. Fernanda, apesar de submetida às intervenções médicas e cirúrgicas, faleceu alguns dias após o acidente. Considerando o caso concreto proposto, é correto afirmar que:

- (A) se condenado Leandro ao pagamento de pensão, a família de Fernanda não poderá exigir que esta espécie de indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.
- (B) Leandro poderá discutir, na esfera cível, a existência do fato ou quem seja o seu autor.
- (C) a ineficácia das intervenções médicas exonera Leandro do reembolso das despesas com o tratamento.
- (D) para que Leandro seja condenado ao pagamento de compensação por dano moral, a família de Fernanda deverá comprovar sua dependência econômica.
- (E) o falecimento de Leandro levará à exoneração da obrigação de indenizar.

57. São princípios basilares dos títulos de crédito:
- (A) a dependência, a cartularidade e a literalidade.
 - (B) a autonomia, a cartularidade e a literalidade.
 - (C) a autonomia, a fungibilidade e a intransmissibilidade.
 - (D) a dependência, a fungibilidade e a abstração.
 - (E) a abstração, a cartularidade e a intransmissibilidade.
58. É correto afirmar acerca das preferências e privilégios creditórios:
- (A) o crédito pessoal privilegiado prefere ao crédito real.
 - (B) o crédito com privilégio geral prefere ao crédito com privilégio especial.
 - (C) goza de privilégio especial o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública.
 - (D) o crédito relativo a cotas condominiais tem preferência sobre o hipotecário.
 - (E) desapropriado o bem hipotecado, o credor hipotecário não tem preferência sobre o valor da indenização.
59. Com relação aos princípios que balizam a política nacional de relações de consumo, é correto afirmar que
- (A) não é admitida a intervenção governamental, pois o Brasil adota a política da autorregulação econômica.
 - (B) quando prestados diretamente pelo Estado, os serviços públicos não se submetem à política nacional de relações de consumo.
 - (C) a política nacional de relações de consumo prevê a ativa ação governamental, incluindo sua iniciativa direta.
 - (D) a vulnerabilidade do consumidor não pode ser presumida, já que depende da posição que este assume frente ao fornecedor.
 - (E) ao Estado é vedado o incentivo à criação de associações representativas dos consumidores.
60. Nos termos da Lei n.º 10.741 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que:
- (A) ao idoso é assegurada a gratuidade nos transportes coletivos, inclusive nos serviços seletivos e especiais, paralelamente prestados.
 - (B) para ter acesso à gratuidade, deve o idoso apresentar seu RG original, sendo inidôneo outro tipo de documento pessoal.
 - (C) os estabelecimentos privados devem garantir a reserva de vagas de estacionamento para idosos, em percentual a ser estipulado pelo proprietário.
 - (D) os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal de iniciativa pública, condicionada à representação do ofendido.
 - (E) dificultar o acesso de pessoa idosa aos meios de transporte constitui crime, cuja pena é de reclusão, além da aplicação de multa.
61. Pedro, aos 11 anos, embarca em São Paulo / SP acompanhado de sua mãe, com destino à cidade de Porto Alegre / RS. A companhia de transporte não exigiu, no momento do embarque, nenhum documento. Nesse panorama, nos termos da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) é correto afirmar que:
- (A) a companhia de transporte deveria exigir expressa autorização do pai, já que se trata de viagem interestadual.
 - (B) a companhia de transporte cometeu infração administrativa, ainda que posteriormente constatado que o menor efetivamente estava acompanhado de ascendente.
 - (C) a companhia de transporte deveria exigir comprovação do vínculo de parentesco, mas não será punida já que o menor estava efetivamente acompanhado de ascendente.
 - (D) não cabe à companhia de transporte fiscalizar as pessoas que transporta, sendo atribuição exclusiva do Poder Público.
 - (E) a companhia de transporte deveria exigir comprovação do vínculo de parentesco, bem como expressa autorização do pai.
62. Entende-se por caráter dúplice da ação possessória:
- (A) a possibilidade do juiz determinar a reintegração de posse, ainda que a ação ajuizada verse sobre sua manutenção.
 - (B) a possibilidade de cumulação dos pedidos de proteção à posse e condenação em perdas e danos.
 - (C) a incumbência do autor de provar que tem a posse do bem e a existência de turbação ou esbulho.
 - (D) a discricionariedade do juiz de deferir a liminar para reintegração ou designar audiência de justificação prévia.
 - (E) a possibilidade do réu, na contestação, demandar a proteção possessória e, eventualmente, indenização.
63. Leonardo saiu de seu trabalho e entrou em transporte coletivo com destino à sua casa. Em determinado ponto do trajeto, o veículo em que se encontrava foi atingido por um caminhão que avançou o sinal vermelho do semáforo, causando danos a Leonardo. O veículo em que estava Leonardo, bem como seu condutor, estavam plenamente regulares. Considerando o caso proposto, assinale a assertiva correta no que tange à responsabilidade civil.
- (A) A companhia que transporta Leonardo não é civilmente responsável pelo acidente, na medida em que há responsabilidade exclusiva de terceiro.
 - (B) A companhia que transporta Leonardo será subsidiariamente responsável, caso o condutor do caminhão, por qualquer razão, não o indenize.
 - (C) A companhia que transporta Leonardo não será responsável pelo acidente, desde que preste socorro ao passageiro.
 - (D) A companhia que transporta Leonardo é civilmente responsável pela indenização ao passageiro, apesar da culpa de terceiro.
 - (E) A companhia que transporta Leonardo é civilmente responsável por cinquenta por cento da indenização, nos termos da lei.

64. É correto afirmar, sobre o contrato de transporte:

- (A) é vedado ao transportador exigir declaração do valor da bagagem a fim de fixar o limite da indenização.
- (B) o usuário que deixar de embarcar tem direito ao reembolso do valor da passagem, ainda que outra pessoa não tenha sido transportada em seu lugar.
- (C) o transportador fica exonerado de concluir o transporte caso a viagem seja interrompida por motivo imprevisível, alheio à sua vontade.
- (D) concluído o transporte, o transportador tem direito de retenção sobre a bagagem para garantir o pagamento do valor da passagem.
- (E) o transporte feito gratuitamente se submete às mesmas normas do contrato de transporte.

65. Nos crimes contra a fé pública, é correto afirmar que

- (A) o sujeito ativo que falsifica e usa o documento é punido pelos dois crimes.
- (B) na falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não se prevaleça do cargo.
- (C) a consumação dos crimes de falsificação de documento se dá com o uso do documento falsificado.
- (D) a cópia autenticada de documento não se equipara ao documento público.
- (E) a ação penal do crime de falsificação de documento particular é de iniciativa pública, incondicionada.

66. Assinale a alternativa que define o tipo penal de concussão.

- (A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

67. De acordo com a Lei n.º 4.898/65 (Abuso de Autoridade), é correto afirmar que

- (A) a pena administrativa mais grave é a destituição da função.
- (B) o processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.
- (C) as sanções penais de multa, detenção e perda do cargo não podem ser aplicadas cumulativamente.
- (D) é imprescindível a apuração dos fatos por inquérito policial para ajuizamento da ação penal.
- (E) não é admitida a ação privada, ainda que inerte o órgão do Ministério Público no que tange ao ajuizamento de ação penal.

68. No âmbito criminal, dispõe a Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) que

- (A) o crime cometido por servidor público constitui circunstância agravante.
- (B) o patrocinador de oferta enganosa não comete ilícito penal.
- (C) retirar do mercado produtos nocivos, após determinação da autoridade competente, constitui causa de diminuição de pena.
- (D) é vedada a fixação de pena de prestação de serviços à comunidade.
- (E) as associações, ainda que regularmente constituídas e com mais de 1(um) ano, não podem atuar como assistentes do Ministério Público na ação penal.

69. De acordo com a Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), em suas disposições gerais sobre os crimes de trânsito, é correto afirmar que

- (A) a penalidade de multa reparatória consiste em pagamento em favor da vítima (ou seus sucessores), não podendo ser descontada da indenização civil.
- (B) pode ter caráter perpétuo a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
- (C) o juiz pode, como medida cautelar, decretar a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.
- (D) a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades.
- (E) ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, poderá se impor a prisão em flagrante, ainda que preste pronto e integral socorro.

70. Analise as seguintes assertivas acerca do inquérito policial:

- I. o despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito é irrecorrível;
- II. visando assegurar o sigilo necessário, a autoridade policial pode inadmitir, ao defensor, o acesso ao inquérito policial;
- III. nos atestados de antecedentes é vedado à autoridade policial mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito, salvo no caso de existir condenação anterior;
- IV. a autoridade policial não pode instaurar inquérito policial, de ofício, nos crimes em que a ação pública depender de representação.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

